



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL**

**Brasília-DF
ANUAL 2016**

ÍNDICE

1 - Introdução	2
2 - Atividades de Controle Externo	3
2.1 - Sessões Plenárias	3
2.2 - Pareceres	3
2.3 - Representações	5
2.4 - Recursos	5
2.5 - Procedimentos Internos	6
2.6 – Ouvidoria	6
3 - Execução de Acórdãos	7
4 - Atividades Administrativas	7
4.1 - Afastamento de Procuradores	7
4.2 - Força de Trabalho	8
4.3 – Palestras, Treinamento, Capacitação e Reuniões.....	9

ANEXOS

Anexo I - Demonstrativos de Distribuição de Processos.....	15
Anexo II - Representações	17
Anexo III - Recursos	28

1. INTRODUÇÃO

O Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF, regido pelos princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, com as atribuições de guarda da lei e fiscal de sua execução, é composto da Procuradoria-Geral, de quatro Procuradorias e do Colégio de Procuradores. As Procuradorias têm idênticas competências e são titularizadas pelos membros do Ministério Público, por ordem de antiguidade. O Procurador-Geral acumula as funções da Procuradoria-Geral com as de sua Procuradoria.

Atualmente, a Procuradoria-Geral é ocupada pela Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, titular da Segunda Procuradoria; a Primeira Procuradoria é ocupada pela Procuradora Márcia Ferreira Cunha Farias, a Terceira Procuradoria pelo Procurador Demóstenes Tres Albuquerque e a Quarta Procuradoria pelo Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Entre suas funções institucionais, incumbe à Procuradoria-Geral elaborar Relatório Anual de Atividades de modo a colaborar com o Tribunal de Contas do Distrito Federal no cumprimento do disposto nos artigos 78, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e 82 da Lei Complementar nº 1/94. Por isso, foi elaborado o presente relatório, abrangendo o período de **1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016**.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora-Geral

2. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

2.1 SESSÕES PLENÁRIAS

Tendo em vista a determinação constante do art. 41 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o Ministério Público de Contas fez-se presente em todas as **198 (cento e noventa e oito) Sessões** realizadas no período, conforme descrito no quadro a seguir:

Quadro 1 – Sessões por Tipo de Sessão

Tipo de Sessão	Sessões
Ordinária	86
Extraordinária	02
Extraordinária Administrativa	42
Extraordinária Reservada	68
Especial	0
TOTAL	198

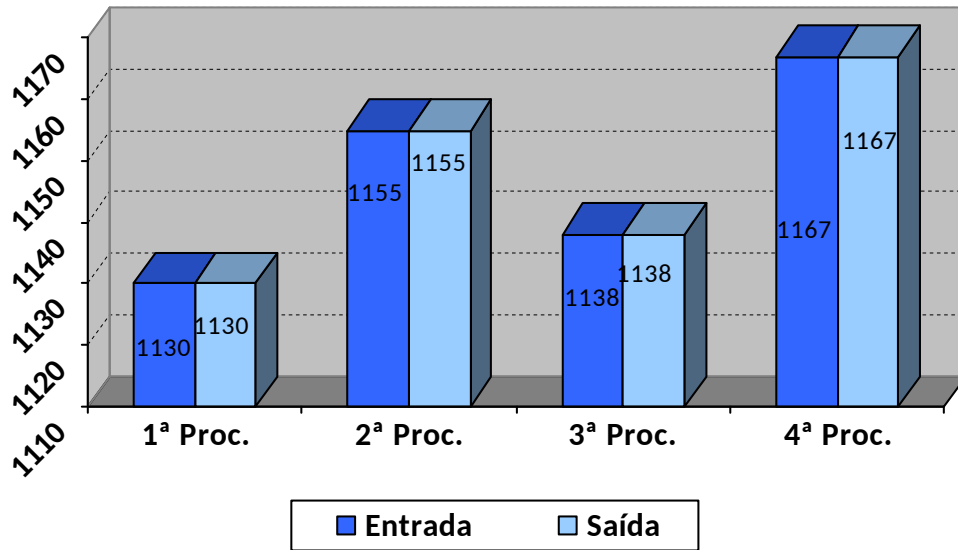
A Procuradora-Geral Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, a Procuradora Márcia Ferreira Cunha Farias, o Procurador Demóstenes Tres Albuquerque e o Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima participaram, respectivamente, de **40, 33, 80 e 45** Sessões Plenárias, tendo havido, no período, 22 (vinte e dois) pedidos de vista de processos submetidos a julgamento.

2.2 PARECERES

No **período** referenciado, ingressaram **4.590** (quatro mil quinhentos e noventa) processos no Ministério Público e foram emitidos **4.590** (quatro mil quinhentos e noventa) pareceres (**Anexo I – Quadros 1 e 2**).

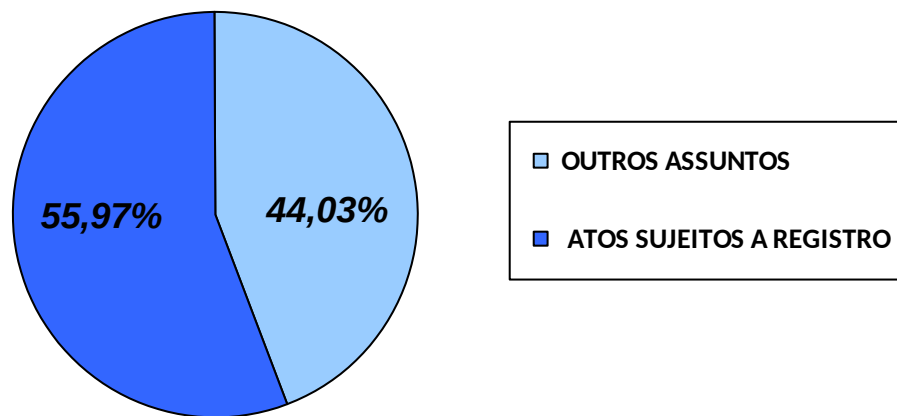
Obedecidos os critérios de igualdade e vinculação, bem como o princípio do promotor natural, os processos submetidos à apreciação do Ministério Público foram distribuídos de maneira igualitária entre as Procuradorias, conforme demonstrado no **Gráfico 1**.

Gráfico 1 – Comparativo de Entrada e Saída de processos



Do total de **4.590** processos recebidos em 2016, **2.569** referem-se a Atos Sujeitos a Registro e **2.021** a outros assuntos que tramitam na Corte de Contas.

Gráfico 2 - Comparativo entre Atos Sujeitos a Registro e Outros Assuntos



2.3 REPRESENTAÇÕES

Consoante o disposto no **inciso I do art. 76 da Lei Complementar nº 1/94**, compete ao Ministério Público especializado, em sua missão de guarda da lei e fiscalização e de sua observância, promover a defesa da ordem jurídica, requerendo ao Tribunal medidas de interesse da Justiça, da Administração e do Erário.

Com base nessa competência, o Ministério Público ofereceu ao Tribunal de Contas do Distrito Federal **84 (oitenta e quatro)** representações, conforme descrito no **Quadro 2** e detalhamento apresentado no **Anexo II**.

Quadro 2 – Representação por Procuradoria

Procuradoria	Quantidade
1ª Procuradoria	04
2ª Procuradoria	36
3ª Procuradoria	22
4ª Procuradoria	22
TOTAL	84

2.4 RECURSOS

O Ministério Público de Contas tem legitimidade para recorrer das decisões do Tribunal, podendo interpor Recurso de Reconsideração, Embargos de Declaração, Recurso de Revisão, Pedido de Reexame e Cautelar, além de Agravo Regimental.

No ano de 2016, foram formulados **29 (vinte e nove)** recursos, sendo **11 (onze)** Pedidos de Reexame, **16 (dezesesseis)** Recursos de Reconsideração, **1 (um)** Embargo de Declaração e **1 (um)** Recurso de Revisão, conforme descrito no **Quadro 3** e detalhamento apresentado no **Anexo III**.

Quadro 3 – Recursos por Procuradoria

Procuradoria	Pedidos de Reexame	Recurso de Reconsideração	Embargos de Declaração	Recurso de Revisão	Cautelar	Total
1ª Proc.	1	3	1	1	0	06
2ª Proc.	6	0	0	0	0	06
3ª Proc.	4	9	0	0	0	13
4ª Proc.	0	4	0	0	0	04
TOTAL	11	16	1	1	0	29

2.5 PROCEDIMENTOS INTERNOS

Os Procedimentos Internos – PI, regulamentados pela **Portaria PORT/PG/MPC 02**, de 13 de setembro de 2010, são instaurados em razão de fatos encaminhados ao Ministério Público de Contas e distribuídos às Procuradorias, conforme critério de sorteio ou vinculação.

Em 2016, foram encaminhadas **126** (cento e vinte e seis) solicitações ao MPC/DF, distribuídas às Procuradorias, conforme demonstrado no **Quadro 4**:

Quadro 4 – Procedimento Interno por Procuradoria

Procuradoria	Quantidade
1ª Procuradoria	16
2ª Procuradoria	55
3ª Procuradoria	24
4ª Procuradoria	31
TOTAL	126

2.6 OUVIDORIA

A Ouvidoria do MPC/DF, criada pelos **ATOS INTERNOS/MPC nº 01/2010 e 07/2013**, é um canal colocado à disposição do cidadão para o recebimento de denúncias, reclamações, sugestões e outras matérias relacionadas à atuação do Ministério Público de Contas.

Consoante o art. 2º do ATO INTERNO/MPC nº 7, de 6 de dezembro, 2013, o Ouvidor será eleito pelo Colégio de Procuradores para mandato de dois anos, admitida uma recondução, competindo-lhe receber as manifestações dos cidadãos e encaminhá-las ao Procurador-Geral para adoção de providências cabíveis, entre as quais a instauração de procedimento interno e distribuição aos Órgãos do Ministério Público de Contas.

3. EXECUÇÃO DE ACÓRDÃOS

O **Quadro 5** abaixo apresenta o quantitativo total de processos encaminhados à Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF para fins de cobrança administrativa ou judicial.

Quadro 5 – Quantitativo de Processos encaminhados à PGDF

Situação do Processo	Quantidade
Com ação no TJDFT	245
Inscritos em dívida ativa	164
Quitados	131
Parcelados	7
Outras situações	225
TOTAL	772

O Ministério Público encaminhou, no exercício de 2016, **70 (setenta)** Acórdãos expedidos pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal à Procuradoria Geral do Distrito Federal, para fins de cobrança judicial ou administrativa da dívida.

4. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

4.1 AFASTAMENTO DE PROCURADORES

O quadro abaixo relaciona os afastamentos dos Procuradores do Ministério Público de Contas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016:

Procurador(a)	Férias	Recesso	Outros
Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira	15/02 a 01/03/2016		19/01 a 4/2/2016-licença médica
	25/05 a 16/06/2016	11 a 17/5/2016	12 a 08/4/2016 – licença médica
	1/8 a 2/8/2016	21/11 a 01/12/2016	24 a 26/8 – afastamento para Congresso-
	29/8 a 6/09/2016	05 e 06/12/2016	09/05–afastamento para Congresso
			19 a 20/05–afastamento para congresso
Márcia Ferreira Cunha			24/8 a 26/8–congresso
	18 a 29/01/2016	01 a 14/01/2016	14 a 16/9–afastamento para congresso
			25/10 a 27/10–afastamento para congresso
			07 a 14/12/2016–Licença Médica

Farias	13 a 24/06/2016		-
	15 a 25/08/2016	16 a 31/12/2016	
	21 a 23/9/2016		
	7 a 11/11/2016		
Demóstenes Tres Albuquerque	15 a 21/01/2016		
	25/04 a 10/05/2016	01 a 14/01/2016	
	04 a 21/07/2016	16 a 31/12/2016	-
Marcos Felipe Pinheiro Lima	03 a 11/10/2016		
	11 a 16/2/2016		
	28/03 a 3/4/2016	22/04/2016	18 a 29.02.2016
	23/5 a 1/6/2016	01 a 14/01/2016	1º a 3/03/2016
	25/07 a 04/08/2016	16 a 31/12/2016	
	17 a 19/10/2016		

4.2 - FORÇA DE TRABALHO DO MPC/DF

Conforme a **Resolução-TCDF nº 254/2013**, de 30.4.13, a estrutura operacional das Procuradorias do Ministério Público, no tocante a chefia, assessoramento e assistência, conta com **32** (trinta e dois) servidores e **três** estagiários, assim distribuídos entre as Procuradorias:

Procuradoria	Cargo	Quantidade
Procuradoria Geral	Chefe de Gabinete	1
	Subchefe de Gabinete	1
	Assessor	3
	Chefe de Secretaria Adm.	1
	Secretário Executivo	1
	Assistente Técnico	1
	Assistente Administrativo	2
	Auxiliar de Gabinete	1
	Estagiário	2
Procuradoria	Cargo	Quantidade
1ª Procuradoria	Assessor-Chefe	1
	Assessor	2
	Assistente Técnico	2
	Assistente Administrativo	1
	Auxiliar de Gabinete	1
3ª Procuradoria	Assessor-Chefe	1
	Assessor	2
	Assistente Técnico	2
	Assistente Administrativo	1
	Auxiliar de Gabinete	1
4ª Procuradoria	Estagiário	1
	Assessor-Chefe	1
	Assessor	2
	Assistente Técnico	2
	Assistente Administrativo	1

4.3 PALESTRAS, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO E REUNIÕES

4.3.1 - Primeira Procuradoria

- **Palestra - Tribunal de Contas e a Ordem Constitucional - Data:** 21.03.2016 – Local: Plenário do TCDF - Ministrado pelo Ministro Aposentado do STF Carlos Ayres Brito – Participantes: Procuradora Márcia Ferreira Cunha Farias e os Assessores Luiz Naruto Tudi, Soad Saade Portolan e Evandro Souza Gadelha.
- **Curso - Workshop in company sobre Parcerias Público-Privadas - Data:** 13 e 14/06/2017 – Local: Escola de Contas do TCDF - Ministrado pela Professora Maria Aparecida Aiko Ikemura, Coordenadora de Fiscalização das Concessões e Parcerias Público-Privadas do TCE-MG – Participantes: Assessores Luiz Naruto Tudi, Ralph Albert Moor Wagner e Marcos Maciel Abreu de Andrade.
- **Seminário – XXII SEMAT (Seminário de Atualização em Controle Externo) - Data:** 31 e 1/9/2016 – Local: Auditório do edifício-sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - Ministrado pelo Presidente do TST, Ives Gandra da Silva Martins Filho; Ministra aposentada do STJ, Eliana Calmon; ex-senador Pedro Simon; o Presidente do TCDF, Renato Rainha; o Controlador Geral do DF, Henrique Moraes Ziller, e a Procuradora do MPDFT Maria Rosynete de Oliveira. Participantes: Soad Saade Portolan, Luiz Naruto Tudi, Cláudio Roberto Pinto Ribeiro e Marcos Maciel Abreu de Andrade, Procuradora Márcia Ferreira Cunha Farias.
- **Seminário – Seminário Interamericano de Transparência e Acesso à Informação – Data:** 13/8/2016 – Local: Escola de Administração Fazendária – ESAF. Participantes: Procuradora Márcia Ferreira Cunha Farias.
- **Curso – Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – Data:** 16 e 19/9/2016 – Local: Escola da Advocacia-Geral da União. Participantes: Luiz Naruto Tudi e Marcos Maciel Abreu de Andrade.

- **Curso – SAS Enterprise Guide – Data:** 12 e 13/9/2016 – Local: SIBS – Setor de Indústria Bernardo Sayão, Quadra 01, Conjunto B, Lote 01 – Núcleo Bandeirante. Participantes: Luiz Naruto Tudi.

4.3.2 - Segunda Procuradoria

- **“1ª Reunião de Trabalho dos Membros do MPC da Região Norte, discutindo problemas comuns, com foco na eficiência”** - Data 03 e 4/03/2016 - Local: Procuradoria Geral do Ministério Público de Contas do Pará – Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- **1ª Reunião de Trabalho dos Membros do MPC da Região Centro Oeste, discutindo problemas comuns, com foco na eficiência”** - Data 14/03/2016 - Local: Procuradoria Geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal – Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- **1ª Reunião de Trabalho dos Membros do MPC da Região Sudeste, discutindo problemas comuns, com foco na eficiência”** - Data 28/03/2016 - Local: Procuradoria Geral do Ministério Público de Contas do estado de São Paulo – Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira
- **Palestra - Tribunal de Contas e a Ordem Constitucional - Data:** 21.03.2016 – Local: Plenário do TCDF - Ministrado pelo Ministro Aposentado do STF Carlos Ayres Brito – Participantes: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, (Mesa) Nilson de Souza Gomes – Secretário-Executivo da Procuradoria-Geral.
- **Apresentação do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Contas – CNPGC na Reunião do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais – CNPG.** Data 13/04/2016 - Local: Local: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT – Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- **1ª Reunião de Trabalho dos Membros do MPC da Região Sul, discutindo problemas comuns, com foco na eficiência”** - Data 18/04/2016 - Local: Procuradoria Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina – Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira
- **1ª Reunião de Trabalho dos Membros do MPC da Região Nordeste, discutindo problemas comuns, com foco na eficiência”** - Data 09/05/2016 -

Local: Procuradoria Geral do Ministério Público de Contas do Estado da Bahia –
Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira

• **Abertura do Workshop: TODOS JUNTOS POR UM BRASIL MAIS ACESSÍVEL** - Data 13/05/2016 - Local: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

• **VIII Fórum Nacional de Procuradores do Ministério Público de Contas** - Data 19 e 20/05/2016 - Local: Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo – Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

• **V Congresso Nacional do Movimento do Ministério Público Democrático.** Data 25 e 26/8/2016 - Local: Auditório do Hotel WZ Jardins em São Paulo/SP – Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

• **I Encontro Nacional do Ministério Público de Combate à Corrupção** - Local: Auditório da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo em São Paulo/SP - Data 26/8/2016 - Local: Procuradoria Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina – Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira

• **Ciclos de Debates: Gasto Público e Políticas Sociais em um cenário de crise. Palestra: “As múltiplas formas de cooperação no controle da fiscalização das ações e serviços de saúde”** - Data 15/9/2016 - Local: Ministério Público de Contas do Estado da Paraíba em João Pessoa/PB – Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira

• **XVI Encontro de Magistrados e Procuradores do Trabalho da 10ª Região – A Administração Pública na Justiça do Trabalho: O que fazer? - Palestra: “As múltiplas formas de atuar no contexto as causas trabalhistas: Interdisciplinabilidade e sinergia entre os diversos órgãos públicos”.** - Data 30/9/2016 - Local: Auditório Coqueijo Costa, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região em Brasília/DF – Palestrante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira

• **XVII Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas – Tema: “Obras Públicas: Planejamento e Fiscalização no Combate à Corrupção”** – Data: 12 a 16/9/2016 – Local: São Paulo/SP. – Participante: Carla Queiroz Alves.

- **Reunião de Trabalho dos Procuradores membros do CNPGC** - Data 24/10/2016 - Local: Florianópolis / SC - Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- **XIII Congresso Nacional do Ministério Público de Contas** – Data: 25 a 27/10/2016 - Local: Florianópolis / SC - Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- **I Congresso Nacional dos Auditores do Controle Externo** - Data 08 e 09/11/2016 - Local: Auditório do Tribunal de Contas do Distrito Federal- TCDF – Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- **Simpósio “Terceirização, Corrupção e precarização de direitos dos trabalhadores”** - Data 09/11/2016 - Local: Auditório Juscelino Kubitschek – Procuradoria Geral da República em Brasília/DF - Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.
- **Evento sobre Organizações Sociais na Saúde Pública: A Visão dos órgãos de Controle e Fiscalização** – Data 18/11/2016 – Local: Auditório do MPDFT em Brasília/DF - Participante: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

4.3.3 - Terceira Procuradoria

- **Palestra - Tribunal de Contas e a Ordem Constitucional** - Data: 21.03.2016 – Local: Plenário do TCDF - Ministrado pelo Ministro Aposentado do STF Carlos Ayres Brito – Participante: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.
- **Audiência Pública – para esclarecimentos sobre a aplicação e fiscalização pelo MPDFT da Lei Distrital nº 5.610/16, que dispõe sobre “Os grandes geradores de lixo”** - Data: 29/8/2016 – Local: Auditório Promotor de Justiça Andreilino Bento Santos Filho – Ed. Sede do MPDFT – Participantes: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.
- **Seminário – XXII SEMAT (Seminário de Atualização em Controle Externo)** - Data: 31/8 e 1/9/2016 – Local: Auditório do edifício-sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - Ministrado pelo Presidente do TST, Ives Gandra da Silva Martins Filho; Ministra aposentada do STJ, Eliana Calmon; ex-senador Pedro Simon; o Presidente do TCDF, Renato Rainha; o Controlador Geral do DF, Henrique Moraes Ziller, e a Procuradora do MPDFT

Maria Rosynete de Oliveira. Participantes: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

- **Curso de Regime Próprio da Previdência Social** – Data: 3 a 7/10/2016 – Local: Escola de Contas do TCDF em Brasília/DF – Participante: João Alberto Batista Rodrigues

4.3.4 - Quarta Procuradoria

- **Palestra - Tribunal de Contas e a Ordem Constitucional - Data:** 21.03.2016 – Local: Plenário do TCDF - Ministrado pelo Ministro Aposentado do STF Carlos Ayres Brito – Participantes: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, e os Assessores Thais da Costa, Maria Ester Lessa B. N. de Oliveira Moraes e Markus Flávio Sales Duarte.
- **Curso – Curso de Educação Financeira - Data:** 20 e 21/06/2016 – Local: Escola de Contas do TCDF – 2º andar - Ministrado por Paulo Roberto Ferreira de Macedo – Participantes: Assessores Thaís da Costa e Paulo de Tarso Carvalho Diniz.
- **Reunião – com a Direção da unidade escolar - Data:** 9/9/2016 – Local: Centro de Ensino Especial (CEE) nº 01 de Sobradinho – Participantes: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.
- **Reunião e Visita no Centro de Ensino Especial nº 1 do Guar´a e na Escola Classe 4 do Guar´a** – Data: 31/8/2016 - Participante: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.
- **Curso: Gestão de Processos** – Data: 7 a 11/11/2016 – Ministrado pelo Professor Annibal Affonso Neto - Participante: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.
- **Curso de Elaborao de Relatórios e Pareceres – COBUCCI: Desenvolvimento Humano - Data:** 28/11/16 – Participantes: Maria Ester Lessa.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

ANUAL DE 2016

ANEXOS

ANEXO I – Demonstrativos de Distribuição de Processos

ANEXO II – Representações

ANEXO III – Recursos

ANEXO I**DEMONSTRATIVOS DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS****Quadro 1 - Movimentação de processos por Assunto**

Assunto	Entradas					Saídas				
	1ª Proc.	2ª Proc.	3ª Proc.	4ª Proc.	TOTAL	1ª Proc.	2ª Proc.	3ª Proc.	4ª Proc.	TOTAL
ADM PES	133	132	131	136	532	133	132	131	136	532
AGESTÃO	0	0	1	1	2	0	0	1	1	2
AGF	3	2	2	3	10	3	2	2	3	10
AN MET FIS	1	0	2	0	3	1	0	2	0	3
ANAJUSTE	3	6	4	3	16	3	6	4	3	16
ANCONCES	24	22	23	24	93	24	22	23	24	93
ANDENUNCIA	3	0	2	2	7	3	0	2	2	7
APOSENT	339	338	345	359	1381	339	338	345	359	1381
AUD IN	3	5	3	3	14	3	5	3	3	14
AUD OP	12	7	7	5	31	12	7	7	5	31
AUD OUT	8	5	4	8	25	8	5	4	8	25
AUD RE	29	26	24	25	104	29	26	24	25	104
AUD REC EX	0	0	1	2	3	0	0	1	2	3
CONSULTA	4	2	7	7	20	4	2	7	7	20
CONTRATO	7	11	8	7	33	7	11	8	7	33
DENUNCIA	5	8	11	8	32	5	8	11	8	32
DISP INEX	7	14	9	10	40	7	14	9	10	40
EDITALCONC	4	4	9	4	21	4	4	9	4	21
EST ESP	5	2	4	5	16	5	2	4	5	16
FISPESSOAL	0	2	0	1	3	0	2	0	1	3
INSPECAO	7	20	12	7	46	7	20	12	7	46
LICITACAO	23	16	21	24	84	23	16	21	24	84
LIM PRECAT	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1
LIM SAUDE	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1
MONITDEC	2	2	3	6	13	2	2	3	6	13
PEDPROR	0	0	1	2	3	0	0	1	2	3
PENCIV	106	105	106	109	426	106	105	106	109	426
PENMIL	18	22	18	18	76	18	22	18	18	76
RECURSO	1	0	0	1	2	1	0	0	1	2
REFORMA	16	15	14	16	61	16	15	14	16	61
REPRES	68	100	76	77	321	68	100	76	77	321
SOL INF	4	0	1	2	7	4	0	1	2	7
SUPFUN	1	0	0	2	3	1	0	0	2	3
SUSPEICAO	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1
TCA/PCA	83	75	81	77	316	83	75	81	77	316
TCE	210	213	208	212	843	210	213	208	212	843
TOTAL	1130	1155	1138	1167	4590	1130	1155	1138	1167	4590

Fonte: Sistema de Acompanhamento Processual Eletrônico – e-TCDF.

Quadro 2 – Movimentação de Processos por Período

MÊS	1ª Procuradoria		2ª Procuradoria		3ª Procuradoria		4ª Procuradoria		Acumulado	
	entrada	saída	entrada	saída	entrada	saída	entrada	saída	entrada	saída
Janeiro	119	03	114	0	121	37	119	60	473	100
Fevereiro	97	163	105	147	94	118	98	65	394	493
Março	127	126	134	137	126	101	124	111	511	475
Abril	85	96	93	112	80	55	88	139	346	402
Mai	107	119	106	63	106	121	112	92	431	395
Junho	91	102	101	98	101	126	103	123	396	449
Julho	109	115	112	104	103	80	107	93	431	392
Agosto	101	48	101	136	101	126	108	145	411	455
Setembro	134	178	116	100	133	132	128	109	511	519
Outubro	75	58	106	115	96	90	94	90	371	353
Novembro	82	107	57	101	74	111	82	113	295	432
Dezembro	03	15	10	42	03	41	4	27	20	125
Total no Ano	1130	1130	1055	1155	1138	1138	1167	1167	4590	4590
Saldo Anterior (31.12.15)	0		0		0		0		0	
Saldo Atual	0		0		0		0		0	

Fonte: Sistema de Acompanhamento Processual Eletrônico – e-TCDF.

REPRESENTAÇÕES

Primeira Procuradoria

- **Representação nº 01/2016-MF**, de 29/2/2016 - Processo nº 5617/2016 – Trata-se de Representação recebida no MPC/DF em desfavor de membros da Diretoria Colegiada da CEB Distribuição S/A., à qual atribui responsabilidade por suposta irregularidade na aprovação administrativa de incorporação de gratificação de função de confiança para dois de seus empregados.
- **Representação nº 02/2016-MF**, de 30/9/2016 – Processo nº 28953/2016 – Para que o TCDF determine à SEMOB que ordene, por meio do órgão/entidade responsável, a cobrança das multas impostas às empresas prestadoras de serviço de transporte público AUTO VIAÇÃO MARECHAL, COOBATAETE, COOPATAG, COOPERATIVA ALTERNATIVA, COOPERTRAN, COOTARDE, COOTRANSP-GRANDE BRASÍLIA, EXPRESSO SÃO JOSÉ, MCS, URBI-MOBILIDADE URBANA, VIAÇÃO PIONEIRA, VIAÇÃO PIRACICABANA E VIAÇÃO PLANETA, bem como preste informação precisa sobre quais penalidades acessórias já foram aplicadas.
- **Representação nº 03/2016-MF**, de 28/11/2016 – Processo nº 37774/2016 - Denúncia recebida na 1ª Procuradoria a respeito de suposto caso de nepotismo cruzado.
- **Representação nº 04/2016-MF**, de 15/12/2016 – Processo 38690/2016 – Sobre possíveis irregularidades envolvendo a exploração econômica da Orla do Lago Paranoá, parte do “Projeto Orla”.

Segunda Procuradoria

- **Representação nº 01/2016-CF**, de 11/01/2016 – Processo nº 516/2016 – Representação. Surto de dengue, zika e chikungunya. Falta de reagente na rede de saúde pública para confirmar os casos de dengue. Inexistência no SIGGO de indicação de utilização de recursos nessa área. Falta de transparência nos gastos com as ações voltadas ao combate dessas doenças. Necessidade de fiscalização.
- **Representação nº 02/2016-CF**, de 13/01/2016 – Representação. Secretaria de estado de Saúde, Compra antieconômica de equipamentos (equipamentos não utilizados, superfaturados, altos custos de manutenção). Dever de observância da economicidade das aquisições (compra de bem, insumos e manutenção). Aquisição de Kits (compra, locação ou comodato do aparelho). Necessidade de estudos a respeito dos contratos de aquisição frente aos de “comodato” e/ou locação de equipamentos com oferecimento de insumos e de manutenção, na área da saúde.
- **Representação nº 03/2016-CF**, de 11/02/2016 – Processo nº 5161/2016 - Representação. Serviços de Verificação de Óbito e Esclarecimento da Causa Mortis (SVO), Precariedade dos serviços prestados no DFD (local inadequado, falta de profissionais, mobiliários etc.). Recursos repassados pelo Ministério da Saúde. Fonte de

recursos 138006903. Vinculação. Arts. 3º e 4º da Portaria MS 1405/2009. Utilização dos recursos em objeto diverso da sua destinação. Ilegalidade.

- **Representação nº 04/2016-CF**, de 11/04/2016 – Processo nº 11724/2016-e - Licitação de obras/serviços na Administração Regional de Sobradinho. Empresas convidadas pertencentes a uma mesma pessoa e sócios com vínculo de parentesco (esposa e marido). Administrador da empresa servidor público da CLDF. Inexistência de concorrência. Fraude à licitação. Infração aos arts. 3º, 9º e 90 da Lei de Licitações.
- **Representação nº 05/2016-CF**, de 08/04/2016 – Processo nº 11562/2016 – O MPC apresentou Representação: Câmara Legislativa do DF. Licitação para fornecer solução de software para os Setores de Taquigrafia e de Apoio ao Plenário firmado entre a CLDF e a empresa Kenta Informática Ltda. Inexecução Contratual. Pagamento por serviços não prestados. Prejuízo ao Erário. Omissão do Executor do contrato. Sobrestamento irregular da TCE. Irregularidades na composição das Comissões de Sindicância da CLDF.
- **Representação nº 06/2016-CF**, de 14/04/2016 – Processo nº 11791/2016 – O MPC apresentou Representação: Ficha Limpa. Denúncia. Servidora com contas julgadas irregulares nomeada para cargo em comissão.
- **Representação nº 7/2016-CF**, de 6/9/2016 – Processo nº 28856/2016 – Representação. SE. Requer fiscalização sobre os procedimentos de formalização e de execução do Convênio Emergencial 19/2015-SE, firmado entre o jurisdicionado e a entidade denominada FUNDAÇÃO VISCONDE DE CABO FRIO
- **Representação nº 08/2016-CF**, de 17/05/2016 – Processo nº 14804/2016 – O MPC apresentou Representação: IPREV. Auxílio-doença. Pagamentos de despesas do IPREV pelo Tesouro do DF.
- **Representação nº 09/2016-CF**, de 25/05/2016 – Processo nº 15436/2016 – O MPC apresentou Representação: Licitação. Aquisição de Leitos Hospitalares. Adesão ARP 37/2013 – Hospital Central do Exército. Empresa vencedora: Hospimetal. Diversas Irregularidades: direcionamento de Licitação; falta de planejamento; falta de fiscalização do contrato; manifestação da AJL deficiente; indicação de marca de equipamento; infringência ao disposto no Decreto 17.698/2010 e arts. 59 c/c 60 da Lei 4.320/1964; inexistência de justificativas para a escolha dos produtos; além de possível prejuízo ao erário e infringência à Lei de Licitações, Constituição Federal e normativos distritais.
- **Representação nº 10/2016-CF**, de 5/7/2016 – Processo nº 19989/2016 – Representação. Eficácia e efetividade do direito fundamental à saúde. Sustentabilidade das políticas de saúde pública. Riscos à prestação regular e continuada dos serviços públicos de saúde à população do Distrito Federal. Ineficiência da programação orçamentária e financeira do Fundo de Saúde do Distrito Federal – FSDF, em desarmonia com o art. 147 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODEF. Limitação da execução orçamentária e financeira. Repasses financeiros mensais abaixo da regra estipulada nos arts. 6º a 11, da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e art. 205 da LODEF.
- **Representação nº 11/2016-CF**, de 27/05/2016 – Processo nº 15673/2016 – O MPC apresentou Representação: Qualificação de Organizações Sociais. Irregularidades. Não atendimento aos requisitos da Resolução 3/2010 do Conselho de Gestão das Organizações Sociais e do Parecer 970/2009 – PROCAD/PGDF. Ato Nulo. Não

comprovação de experiência na área de atuação. Inexistência de sede no DF. Necessidade de anulação da qualificação por não preenchimento dos requisitos legais.

- **Representação nº 12/2016-CF**, de 12/7/2016 – Processo nº 21371/2016 – Representação. Irregularidades na contratação de empregados da Cartão BRB S/A. Não observância dos normativos aplicáveis. Possibilidade de nepotismo. Necessidade de observar a proporção de contratados dentre pessoas com deficiência. Exigência de concurso para acesso aos empregos de sociedades controladas pelo BRB.
- **Representação nº 13/2016-CF**, de 11/7/2016 – Processo nº 21126/2016 – Representação. Superendividados. Dívidas do funcionalismo público distrital com o Banco de Brasília S/A – BRB. Possíveis irregularidades na concessão de crédito. Não avaliação da capacidade econômica de pagamento. Possível descumprimento de controles administrativos. Necessidade de normas de classificação de crédito e avaliação de risco.
- **Representação nº 14/2016-CF**, de 21/7/2016 – Processo nº 22530/2016 – Denúncia acerca de ilegalidades na contratação e execução do Contrato 98/2013, firmado pela SES e o Instituto Brasília de Arritmia Cardíaca, decorrente do PE 137/13.
- **Representação nº 15/2016-CF**, de 8/8/2016 – Processo nº 27639/2016 – Representação. Denúncia de irregularidades na ocupação de espaço público pelo ICESP e Colégio Maxwell, no Guará.
- **Representação nº 16/2016-CF**, de 29/8/2016 – Processo nº 27981/2016 – Representação. Denúncia de irregularidades nas escalas dos servidores do Hospital Regional do Paranoá – HRPa.
- **Representação nº 17/2016-CF**, de 24/8/2016 – Processo nº 26187/2016 – Representação. Denúncia acerca de irregularidades na ordem cronológica de pagamento de dívidas de exercícios anteriores com empresas prestadoras de serviços de terapia intensiva.
- **Representação nº 18/2016-CF**, de 2/9/2016 – Processo nº 27787/2016 – Representação. Relatório da CPI da Saúde a respeito do Contrato de Gestão firmado com o ICIPE.
- **Representação nº 19/2016-CF**, de 13/9/2016 – Processo nº 27973/2016 – Representação. Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF. Pregão Eletrônico nº 115/2015. Denúncia sobre supostas irregularidades na aquisição de roupa para uso hospitalar (lençol, cobertor, cueiro e colcha).
- **Representação nº 20/2016-CF**, de 2/9/2016 – Processo nº 28503/2016 – Representação. IBRAM. Questionamentos acerca do Decreto 37.506/2016, que promoveu limitação às funções dos Agentes de Fiscalização.
- **Representação nº 21/2016-CF**, de 12/9/2016 – Processo nº 28813/2016 – Representação. Denúncia sobre supostas irregularidades em internação de pacientes para tratamento de dependência química, em especial, no âmbito da sociedade empresária RM Clínica de Reabilitação Ltda., prestadora do serviço.
- **Representação nº 22/2016-CF**, de 26/9/2016 – Processo nº 30257/2016 – Representação para verificar a falta de serviço telefônico da SES.
- **Representação nº 23/2016 –CF**, de 18/10/2016 – Processo nº 32586/2016 – Representação. Irregularidades na aquisição de marca-passos no HBDF. Existência de processos que trataram de alguns pregões: I) Processo 3848/2015e – PEs 87/2013,

217/2013 e 288/2014 – indícios de fraudes, apontadas pelo CT, das empresas Boston, Medtronik, Biotronik, e St. Jude (a Infinity participou, mas não ganhou nenhum lote). Sinteticamente, apontam para a ocorrência das infrações aqui assinaladas as seguintes evidências: a) repartição equânime dos lotes licitados e do montante adjudicado entre quatro empresas licitantes; b) oferecimento de lances por algumas empresas apenas para os lotes em que foram vencedoras; c) repetição de sequência ínfima de lances, indicando tratar-se de lances de cobertura, meramente figurativos; e d) repetição das práticas aqui aludidas em mais de um certame; e II) Processo 16.019/2012 – PE 135/2012 – arquivado sem análise do mérito. Outros pregões existentes: 274/2014 e 372/2014. Indícios de mesmas práticas delituosas nos pregões 135/2012 e 274/2014. Depoimento que comprova as irregularidades. Necessidade de ampla fiscalização sobre os fatos.

- **Representação nº 24/2016 – CF**, de 20/10/2016 – Processo nº 32993/2016 – Representação. Irregularidades no contrato nº 073/2016-SES/DF firmado pelo Distrito Federal com a sociedade empresária Goiânia Home Care Hospitalar Ltda., cujo objeto é a prestação de Serviços de Atenção Domiciliar de Alta Complexidade SAD-AC aos pacientes classificados como de alta complexidade, conforme a tabela da Associação Brasileira das Empresas de Medicina Domiciliária - ABEMID
- **Representação nº 25/2016 – CF**, de 09/11/2016 – Processo nº 12063/2014 – Representação. Irregularidades no pagamento das notas fiscais nº 204 e 206, referentes à prestação de serviços de suporte, gestão e apoio profissional especializado em Medicina Intensiva para leitos de UTI – Adulto, Pediátrico e Neonatal do Hospital Regional de Santa Maria (HRSM), nos meses de outubro e novembro de 2014, pela sociedade empresária Intensicare Gestão em Saúde Ltda. Superfaturamento dos valores pagos. Profissionais sem a titulação exigida. Existência de leitos bloqueados. Desobediência às Decisões nº 437/2011 e 553/2014. Violação à ordem cronológica de pagamento. Processo nº 26.187/2016-e. Necessidade de acompanhamento em autos específicos, sob pena de tumulto processual. Audiência dos responsáveis. Realização de inspeção.
- **Representação nº 26/2016 – CF**, de 14/11/2016 – Processo 12063/2014 – Representações nº 08/2014 – CF e 12/2014 – CF. Contratação emergencial da empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., especializada na Gestão e Operação de Unidades de Terapia Intensiva – UTI.
- **Representação nº 27/2016 – CF**, de 16/11/2016 – Processo nº 36590/2016 – Representação. Contrato 236/2016, firmado entre a SES e a empresa Look In Door. Execução dos serviços no exercício de 2015. Pagamentos. Reconhecimento de dívida. Cobrança em duplicidade. Não comprovação dos serviços prestados. Outras irregularidades: inexistência de segregação de funções; montagem de prestação de contas; atestos sem comprovação efetiva dos serviços, pagamento de despesas supérfluas, inexistência de orçamento, inexistência de prévio empenho; desvio de finalidade do recurso; cobrança antecipada por serviços ainda não prestados; irregular prorrogação do contrato; ofensa à ordem cronológica de pagamentos. Realização de inspeção e oitiva dos ex-gestores e contratada.
- **Representação nº 28/2016 – CF**, de 16/11/2016 – Processo nº 36603/2016 – Representação. Contrato 236/2016, firmado entre a SES e a empresa Look In Door. Execução dos serviços no exercício de 2014. Pagamentos. Reconhecimento de dívida. Cobrança em duplicidade. Não comprovação dos serviços prestados. Outra irregularidade: inexistência de segregação de funções; montagem de prestação de contas; atestos sem comprovação efetiva dos serviços, pagamento de despesas supérfluas; inexistência de orçamento; inexistência de prévio empenho; desvio de finalidade do recurso; cobrança antecipada por serviços ainda não prestados; irregular

prorrogação do contrato; ofensa à ordem cronológica de pagamentos. Realização de inspeção e oitiva dos ex-gestores e contratada.

• **Representação nº 29/2016 – CF, de 06/12/2016 – Processo nº 26187/16** - Representação para verificar denúncia acerca de reconhecimentos de dívida envolvendo o Hospital Santa Marta, bem como necessidade de esclarecimentos acerca da qualidade das UTIs contratadas e de verificação das prestações de contas apresentadas pelo Hospital.

• **Representação nº 30/2016 – CF, de 20/12/2016 – Processo nº 39041/2016** - **EMENTA:** Representação para que a presente peça seja analisada pela Secretaria de Micro Avaliação, a fim de formar, com antecedência, o entendimento do controle externo a respeito dos impactos da EC nº 93, no âmbito do DF.

• **Representação nº 31/2016 – CF, de 21/12/2016 – Processo nº 38975/2016** - **EMENTA:** Representação para que a presente peça seja analisada pela Secretaria de Macro Avaliação, a fim de formar, com antecedência, o entendimento do controle externo a respeito dos impactos da EC nº 95, no âmbito do DF.

• **Representação nº 32/2016 – CF, de 21/12/2016 – Processo nº 38983/2016** - Representação para que o TCDF analise a execução do Contrato 02/2014-DETRAN, juntamente com denúncia encaminhada ao MPC/DF.

• **Representação nº 33/2016 – CF, de 23/12/2016 – Processo nº 34080/2016** – Prestação de serviços de lavanderia para quatro unidades de saúde do DF, a empresa suspendeu os serviços, por falta de pagamento por parte do GDF.

• **Representação nº 34/2016 – CF, de 27/12/2016 – Processo nº 39092/2016** - Lei de Repatriação de Recursos (Medida Provisória nº 753. Responsabilidade Fiscal. ALERTA GERAL. URGÊNCIA. Utilização de recursos em gastos prioritários como saúde, educação e pagamento de despesas com pessoal em atraso.

• **Representação nº 35/2016 – CF, de 27/12/2016 – Processo nº 39114/2016** - Secretaria de Estado de Saúde. Incineração e descarte de produtos médico-hospitalares. Irregularidades. Necessidade de fiscalização para evitar ocorrência de falhas.

• **Representação nº 36/2016 – CF, de 30/12/2016 – Processo nº 261/2017** - Secretaria de Estado de Saúde. Hospital Regional de Sobradinho. Relatório de Fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem do DF – COREN/DF. Irregularidades graves no Hospital e em especial na UTI Neonatal. Denúncia de pais de bebês internados na UTI Neonatal que corroboram as ocorrências encontradas. Necessidade de fiscalização para solução dos problemas.

Terceira Procuradoria

• **Representação nº 30/2015-DA**, de 18/1/2016 – Processo nº 850/2016 – Para que o Tribunal, nos termos do artigo 41 da Lei Complementar nº 01/94, examine a prorrogação excepcional do Contrato nº 36/2010 – SEPLAG, firmado pela SEGAD/DF, objeto do Processo-GDF nº 410.001.309/2010, para prestação de serviço de vigilância

armada e desarmada, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, sem observar os requisitos previstos no art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

- **Representação nº 01/2016-DA**, de 05/02/2016 – Processo nº 3274/2016 – Procedimento Investigatório nº 08/2016 – Denúncia formulada por cidadão acerca de possível solicitação de apoio financeiro do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM a sociedades empresariais para realização de seminário.
- **Representação nº 02/2016-DA**, de 19/02/2016-DA, Processo nº 6062/2009 – Para que o TCDF autorize a Unidade Técnica Competente a realizar os procedimentos de fiscalização necessários para verificar se o serviço executado na obra de drenagem decorrente da Concorrência 007/2009 – ASCAL/PRES – NOVACAP – correspondeu ao efetivamente pago.
- **Representação nº 03/2016-DA**, de 15/03/2016 – Processo 8705/2016 – Para que o Tribunal autorize a Unidade técnica competente a realizar os procedimentos de fiscalização necessários para verificar a regularidade na elaboração de projetos e na fiscalização in loco de contratação de obras, Contratos nº 5, 14 e 19/2014, por servidores da Novacap, em razão do Convênio nº 155/2009, entre a empresa e a SINESP.
- **Representação nº 04/2016-DA**, de 21/03/2016 – Para que o Tribunal autorize a Unidade Técnica competente a realizar os procedimentos de fiscalização necessários para verificar a regularidade e economicidade do aditamento ao Contrato nº 5/2013 e Contrato nº 7/2015, entre o Detran-DF e as empresas CTO Serviços Empresariais Ltda. ME e VR Comercial de Alimentos e Serviços Ltda., para contratação de serviços de terceirização de mão de obra de motoristas, Pregão nº 49/2012-DA.
- **Representação nº 05/2016-DA**, de 23/03/2016 – Processo nº 32160/2016 - Possíveis irregularidades ocorridas na elaboração de projetos básicos e termos de referência de licitações realizadas pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP – com possível participação de terceiros estranhos à Administração Pública.
- **Representação nº 07/2016-DA**, de 12/04/2016 – Processo nº 8730/2016-e - Possíveis irregularidades na licitação objeto do Edital nº 02/2016, da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, especificamente em relação ao Item 5, referente aos imóveis T2, T3 e T4, localizados no Setor de Diversões Sul de Brasília – SDS. Inconformidades na avaliação dos imóveis dos Lotes T2, T3 e T4 em confronto com o real valor de mercado dos referidos imóveis; indefinição da destinação dos imóveis em licitação; e omissão relativa às reais condições dos imóveis.
- **Representação nº 08/2016-DA**, de 19/05/2016 – Processo nº 15266/2016 – Solicitação de apuração de irregularidades em ajustes da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, que teriam sido firmados sem a previsão de cláusulas de prazo para construir, de anulação fiduciária ou retrovenda, fato que pode ter gerado prejuízos ao Distrito Federal.
- **Representação nº 09/2016-DA**, de 25/05/2016 – Processo nº 15690/2016 – Solicitação para, nos termos do artigo 41 da Lei Complementar nº 01/94, o Tribunal de Contas examine a legalidade de repasses da Secretaria de Cultura e do Fundo de Apoio à Cultura a entidades cujos sócios detêm relação de parentesco com servidores daqueles órgãos.
- **Representação nº 10/2016-DA**, de 23/06/2016 – Processo nº 19156/2016-e – Possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 04/2013-SECTI/DF, da Secretaria de

Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, para contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de viagens e intercâmbio, regularmente estabelecidas no País, para prestação de serviços de emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais, seguro viagem e atendimento dos selecionados pelo Programa Brasília Sem Fronteiras.

- **Representação nº 12/2016-DA**, de 30/06/2016 – Processo nº 20073/2016-e - Possíveis irregularidades no Concurso para o provimento de vagas no Cargo de Papiloscopista da PCDF, e formação de cadastro-reserva, regulado pelo Edital nº 01-PCDF-PAPILOSCOPISTA POLICIAL, de 2014. Quebra de Cláusula de Barreira. Conhecimento. Apuração dos fatos. Oitiva das Autoridades competentes.
- **Representação nº 13/2016-DA**, de 1/7/2016 – Processo nº 19997/2016 - Requer-se a apuração de possíveis irregularidades constantes do Chamamento Público de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI 001/16 – TERRACAP, que tem como objeto a obtenção de estudos de viabilidade técnica, econômico financeira, jurídico-institucional e projeto de negócio para estruturação de parceria que terá como objeto a modernização, gestão, operação e manutenção do Centro Esportivo de Brasília.
- **Representação nº 14/2016-DA**, de 28/7/2016 – Processo nº 24567/2016 – Requer-se a apuração de suposta irregularidade no recebimento de verbas públicas em rádios comunitárias do Distrito Federal, ocorrida no decorrer do exercício de 2011, com recursos da Secretaria de Estado de Publicidade Institucional do Distrito Federal – SEPI/DF.
- **Representação nº 15/2016-DA**, de 1/8/2016 – Processo nº 10729/2014 – O Ministério Público de Contas requer a realização de inspeção e diligências pertinentes, no âmbito da CAESB, com o fito de aferir se a contratação da qual se refere a Concorrência nº 06/2014, especificamente no que se refere à terceirização das atividades finalísticas da Companhia, está amparada pelo ordenamento jurídico em vigor.
- **Representação nº 16/2016-DA**, de 2/8/2016 – Processo nº 923/2016 – o Ministério Público de Contas requer a anulação da Concorrência Pública nº 1/2015, da Comunicação Institucional e Interação Social – CIIS/DF, destinada à contratação de serviços de publicidade para atender aos órgãos da administração direta do Poder Executivo do Distrito Federal, tendo em vista a existência de falhas na composição da subcomissão técnica responsável pela análise das propostas.
- **Representação nº 17/2016-DA**, de 29/8/2016 – Processo nº 27620/2016 – o Ministério Público de Contas requer a realização de inspeção e diligências pertinentes, no âmbito da CAESB, com o fito de aferir a legalidade e economicidade das contratações realizadas pela Companhia de Saneamento do DF e as empresas MKM Br Engenharia Ambiental, Colmar Engenharia e Empreendimentos Ltda. e Centro-Oeste Equipamentos e Processo de Tratamento Ltda. – COET, além de examinar a conduta dos gestores da Companhia.
- **Representação nº 18/2016-DA**, de 2/9/2016 – Processo nº 27680/2016 – Para determinar à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal a anulação do Termo de Acordo de Regime Especial TARE 14/2014, que alterou a base de cálculo do ICMS para fins de substituição tributária.
- **Representação nº 19/2016 – DA**, de 20/10/2016 – Processo nº 714/2015 – Denúncia sobre supostas irregularidades ocorridas no Aterro do Jóquei (Lixão da

Estrutural), relativamente à prestação de serviços de coleta de resíduos da construção civil.

- **Representação nº 20/2016 – DA**, de 26/10/2016 – Representação que, em face da edição Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, requer que o Tribunal autorize a realização de estudos técnicos específicos sobre o tema.
- **Representação nº 21/2016 – DA**, de 28/10/2016 – Processo 34554/2016 – Representação para que Tribunal autorize à Unidade Técnica realizar os procedimentos de fiscalização necessários para apurar a legalidade e economicidade do contrato nº 16/2013 celebrado entre a Secretaria de Fazenda e a empresa CAST Informática S.A., além de averiguar se foram tomadas as medidas necessárias ao ressarcimento dos valores indevidamente pagos a título de aditamento.
- **Representação nº 22/2016 – DA**, de 09/11/2016 – Processo nº 3550/2016 – Representação para que sejam examinados os fatos mencionados no Ofício nº 10423/2015 – IPL 1847/2010-4 SR/DPF/DF, do Departamento de Polícia Federal, relacionados ao ajuste de gerenciamento de contrato de financiamento da Caixa Econômica Federal no âmbito do programa Pró-Moradia.
- **Representação nº 11/2016 – DA**, de 09/12/2016 – Processo nº 38550/2016 – Para que o Tribunal examine a regularidade do pagamento de férias e 13º salário a ex-Diretor-Presidente da ADASA, em face da divergência de interpretação jurídica, bem como o Processo (eletrônico) nº 22.289/2016, tratando de Consulta efetuada pelo IPREV/DF quanto à regularidade do pagamento de férias e 13º salário a servidores detentores de cargo de natureza política – CNP, especialmente ao Presidente daquele Instituto.

Quarta Procuradoria

- **Representação nº 01/2016-ML**, de 15/03/2016 – Processo nº 8454/2016 - Para que o c. Plenário determine a apuração de eventual prejuízo ao Erário decorrente de contratação da Star Comércio, Locação de Serviços Gerais Ltda., então representante exclusiva do cantor Zeca Pagodinho para o evento XV Expoagro, realizado no Parque de Exposições da Granja do Torto, em 18/04/2008. (Processo nº 33.880/2008, que cuida do exame da regularidade dos pagamentos feitos para custear despesas de contratação de shows artísticos do 48º Aniversário de Brasília, no exercício de 2008).
- **Representação nº 02/2016-ML**, de 11/03/2016 – Processo nº 8438/2016 - Para que o e. Plenário determine a apuração dos fatos a respeito de possíveis irregularidades cometidas pela Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB/DF RELACIONADAS AO DESLOCAMENTO DE PROFESSORES DA Educação Básica para exercício na Escolar Superior de Magistério – ESM, o que causaria um maior déficit de docentes no ensino básico, bem como burla à previsão de concurso público para provimento dos cargos de professor.
- **Representação nº 03/2016-ML**, de 23/03/2016 – Processo 10558/2016 - Indícios de irregularidades que afrontam os princípios dispostos no art. 37 da Constituição Federal, no art. 2º da Lei nº 9.784/1999 e no art. 12, II, da Lei nº 8.666/1993.

- **Representação nº 04/2016- ML**, de 02/05/2016 – Processo nº 10159/2016-e – Possíveis irregularidade no Pregão Eletrônico nº 5/2016 – ADASA, visando à contratação de sociedade empresária para prestação de serviços continuados de apoio administrativo por diversas categorias laborais, em atividade permanente, o que, a priori, ensejaria terceirização ilícita de atividade administrativa permanente da Autarquia.
- **Representação nº 05/2016-ML**, de 1/7/2016 – Processo nº 19911/2016-e – Denúncia a respeito de possíveis irregularidades cometidas pela Secretaria de Estado de Educação – SEE/DF relacionadas ao descumprimento do dever constitucional do Estado de promover o acesso universal à Educação, mormente no tocante à concessão de transporte regular aos estudantes em razão da inexistência ou insuficiência de vagas ofertadas pela rede pública de ensino do Distrito Federal.
- **Representação nº 06/2016-ML**, de 20/7/2016 – Processo nº 24516/2016 – Representação acerca de possíveis irregularidades cometidas pela Secretaria de Estado de Educação – SE/DF relacionadas à contratação de professores temporários para compor o quadro de docentes do GDF.
- **Representação nº 07/2016-ML**, de 20/7/2016 – Processo nº 25512/2016 - O MPC/DF tomou conhecimento, em 19/07/2016, por meio da sustentação oral realizada no âmbito do Processo nº 4.505/2016, de que a Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF tem sido sistematicamente privada do recebimento tempestivo do duodécimo previsto no art. 168 da Constituição Federal.
- **Representação nº 08/2016-ML**, de 17/8/2016 – Processo nº 26110/2016 – Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos a seguir descritos, a respeito de possíveis irregularidades cometidas pela Secretaria de Estado de Educação – SEE/DF e pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap relacionadas às condições precárias de funcionamento da Escola Classe Porto Rico, em Santa Maria, decorrente da paralisação do Contrato nº 567/2014, atinente à reforma da referida unidade escolar.
- **Representação nº 09/2016-ML**, de 17/8/2016 – Processo nº 27159/2016 – Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos a seguir descritos, a respeito de possíveis irregularidades na distribuição gratuita de ingressos para servidores públicos, seus familiares e amigos, concernente às partidas de futebol masculino e feminino realizadas no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha pelos Jogos Olímpicos Rio-2016, bem como no oferecimento de regalias de transporte e alimentação nas referidas ocasiões.
- **Representação nº 10/2016-ML**, de 24/8/2016 – Processo nº 26462/2016 – Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos contra a denúncia a respeito de possível descumprimento do art. 246, § 5º, da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF pelo Poder Público, ao deixar de repassar, em 2015, o percentual mínimo de 0,3% da Receita Corrente Líquida – RCL ao Fundo de Apoio à Cultura – FAC.
- **Representação nº 11/2016-ML**, de 1/9/2016 – Processo nº 28023/2016 – Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos acerca de denúncia a qual servidores ocupantes de cargo público na Câmara legislativa do Distrito Federal – CLDF, exerce atividade empresarial, fato este que constitui infração funcional grave.
- **Representação nº 12/2016-ML**, de 6/9/2016 – Processo nº 27949/2016 – Possíveis irregularidades técnicas verificadas na construção do terminal rodoviário no setor sul do Gama, consistente no descumprimento de normas legais que visam à adequação do espaço público às particularidades de pessoas com deficiência.

- **Representação nº 13/2016-ML**, de 26/9/2016 – Processo nº 30230/2016 – Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos referente ao Edital de Credenciamento, da Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal – SEDES/DF, tendo por objeto o “Credenciamento de Micro Empreendedores Individuais – MEI’S para prestação de serviços de eletricista, bombeiro hidráulico, pintor, pedreiro, chaveiro, jardineiro, serralheiro, técnico em informática e técnico em eletrodomésticos, para pequenos reparos em prédios públicos da administração do Governo do Distrito Federal na Região de São Sebastião”.
- **Representação nº 14/2016-ML**, de 26/9/2016 – Processo nº 30508/2016 – Atendimento inadequado ofertado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, aos estudantes de Centros de Educação Especial do Distrito Federal, e em especial do Centro de Ensino Especial nº 1 de Sobradinho e do Centro de Ensino Especial nº 1 do Guará, no que concerne a precariedade das instalações físicas das unidades, que não propiciam o esmerado desenvolvimento das atividades educacionais dos estabelecimentos de ensino.
- **Representação nº 15/2016-ML**, de 03/11/2016 – Processo nº 34597/2016 – Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos a seguir descritos, acerca do atendimento inadequado ofertado pela Secretaria de Estado de Educação do DF – SEE/DF aos estudantes de Centros de Educação Especial do Distrito Federal, mormente no que concerne à precariedade das instalações físicas das unidades.
- **Representação nº 16/2016-ML**, de 03/11/2016 – Processo nº 34589/2016 – Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos a seguir descritos, acerca de possíveis irregularidades envolvendo o concurso público para provimento de vagas em cargos das carreiras Magistério Público e Assistência à Educação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, regido pelo Edital nº 23 – SEE/DF, de 13/10/2016, publicado, em 14/10/2016, no DODF, Edição Extra nº 30.
- **Representação nº 17/2016-ML**, de 11/11/2016 – Processo nº 35631/2016 – Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos a seguir descritos, referente à aquisição, por meio da adesão à Ata de Registro de Preços nº 2/2015 – 14º SEPRF/PB, de quatorze motocicletas, marca BMW, modelo F 800 GS, no valor de R\$ 648.536,00.
- **Representação nº 18/2016-ML**, de 08/12/2016 – Processo nº 38444/2016 – Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos a seguir descritos, acerca de ocupação irregular por particulares de área pública nas proximidades do Centro de Ensino Especial nº 1 do Gama. In casu, segundo reportado ao MPC/DF, a utilização indevida de terreno de propriedade do CEE nº 1 do Gama tem impossibilitado ampliação da unidade de ensino.
- **Representação nº 19/2016-ML**, de 12/12/2016 – Processo nº 38827/2016 – Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos a seguir descritos, referente à contratação, em caráter emergencial, de sociedade empresária para prestação de serviço de modernização do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, com a implementação de hardware e software para a identificação e tratamento automático por processamento eletrônico de impressões digitais, fotografias e assinatura, incluindo treinamento de pessoal técnico da PCDF no uso dos novos equipamentos ofertados, no valor total de R\$2.447.152,92, com fulcro no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993.
- **Representação nº 20/2016-ML**, de 14/12/2016 – Processo nº 38657/2016 – Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos acerca do atendimento inadequado ofertado pela Secretaria de Estado de Educação do DF – SEE/DF aos estudantes de Centros de

Ensino do Distrito Federal, mormente no que concerne à carência de vagas para ingresso de novos estudantes na educação precoce.

- **Representação nº 21/2016-ML**, de 13/12/2016 – Processo nº 38673/2016 - Suposta irregularidade no “financiamento e patrocínio” do Projeto “Revista Traços”, fundamentada em indícios de sobreposição do interesse privado ao público e possível conflito de interesse no ajuste realizado pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF.

ANEXO III

RECURSOS

Primeira Procuradoria

- **Pedido de Reconsideração-MF, de 29/02/2016 – Processo nº 26103/2012** – Dos termos da Decisão nº 137/2016 e respectivo Acórdão nº 9/2016, proferidos no Processo TCDF nº 26103/2012, autuado para exame da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar irregularidades na prestação de contas do apoio financeiro para a entidade

Ação Social Nossa Senhora de Fátima, em 2006, Convênio nº 05/200 – SEAS, pela Secretaria de Estado de Ação Social do DF (SEAS).

- **Embargos de declaração-MF, de 31/03/2016 - Processo nº 23877/2013** - À Decisão nº 919/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 4848, de 08/03/2016, nos autos do Processo nº 23877/2013, por suscitar omissão.
- **Recurso de Revisão-MF** – Processo nº 29698/2011 – Da Decisão nº 1695/2013, de 23/04/2013, proferida no Processo nº 29698/2011, que trata análise da regularidade da contratação da empresa Cial – Comércio e Indústria de Alimentos Ltda. pela Secretaria de Estado de Saúde – SES (Contrato nº 49/2011) por dispensa de licitação com base no art. 24, IV, da Lei nº 8666/93, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento ininterrupto de alimentação especialmente preparada para pacientes, acompanhantes, servidores e funcionários do Hospital Regional de Santa Maria – HRSM, envolvendo todo o processo de preparo até a entrega ao destinatário final.
- **Recurso de Reconsideração – MF, de 31/10/2016 – Processo 21013/2010** – Dos termos da Decisão nº 5207/2016, proferida no Processo TCDF nº 21013/2010, autuado para exame da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar prejuízos decorrentes da não comprovação de regular aplicação dos recursos disponibilizados à entidade Obra Social Nossa Senhora de Fátima por meio do Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAZ, repassados pela então Secretaria de Estado de Ação Social do DF – SEAS.
- **Recurso de Reconsideração – MF, de 30/11/2016 – Processo nº 19803/2011** – Dos termos da Decisão nº 5488/2016, proferida no Processo TCDF nº 19803/2011, autuado para exame da Tomada de Contas Anual dos administradores e demais responsáveis da Região Administrativa IX – Ceilândia, referente ao exercício de 2010.
- **Pedido de Reexame – MF, de 15/12/2016 – Processo nº 35645/2015** – Pedido de reexame da Decisão nº 5708/2016, de 10/11/2016, proferida no Processo TCDF nº 35.645/2015 (Pregão Eletrônico nº 314/2015, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, para contratação de alimentação hospitalar).

Segunda Procuradoria

- **Pedido de Reexame-CF – Processo nº 11.771/2006** – Em face dos termos da Decisão nº 5923/2015, proferida na Sessão Ordinária nº 4.833, de 10.12.2015, nos autos do Processo nº 11.771/2006.
- **Pedido de Reexame-CF** – Processo nº 27062/2010 – O MPC requer ao e. Plenário que: tome conhecimento do presente Pedido de Reexame; dê provimento ao recurso para reformar a r. Decisão 1525/2016.
- **Pedido de Reexame-CF** – Processo nº 30970/2013 – Pedido de reexame em face da Decisão nº 1540/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 4854, nos autos do Processo nº 30970/2013.
- **Pedido de Reexame-CF** – Processo nº 30802/2010 – O MPC apresentou Pedido de Reexame em face a r. Decisão nº 2.245/2016 nos autos do Processo nº 30.802/2010, acerca da falta de treinamento dos colaboradores de ônibus na Língua Brasileira de Sinais – Libras.

- **Pedido de Reexame-CF** – Processo nº 14309/2014 – O MPC apresentou Pedido de Reexame em face dos termos da Decisão 1964/2016 para manter a determinação de auditoria quanto ao impacto financeiro-orçamentário da redução de jornada de trabalho dos servidores da SES, sem a proporcional redução de remuneração.
- **Pedido de Reexame-CF** – Processo nº 3044/2014 – Pedido de reexame em face dos termos da Decisão 5109/2016, proferida na Sessão Ordinária 4904, de 06/10/2016, nos autos do Processo 3.044/2014, publicada em 24/10/2016.

Terceira Procuradoria

- **Recurso de Reconsideração nº 1/2016-DA** – Processo 2071/2012 – Contra a Decisão 5805/2015, proferida na Sessão Ordinária nº 4832 de 8/1/2015, nos autos do Processo nº 2071/2012.
- **Pedido de Reexame - DA** – Processo 3830/2015 – Pedido de Reexame em face da Decisão nº 665/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 4886, de 1º de março de 2016, nos autos do Processo nº 3830/2015.
- **Recurso de Reconsideração-DA** – Processo 25388/2010 – Recurso de reconsideração contra os termos da Decisão nº 1.117/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 4850, de 5 de março de 2016, nos autos do Processo nº 25.388/2010.
- **Pedido de Reexame nº 04/2016-DA** – Processo nº 9706/2015 – Pedido de Reexame contra os termos da Decisão nº 1.079/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 4.850 de 15 de março de 2016, nos autos do Processo nº 9706/2015-e, pelas razões de fato e de direito.
- **Recurso de Reconsideração nº 05/2016-DA** – Processo nº 25934/2013 – Recurso de Reconsideração contra os termos da Decisão nº 1.952/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 4.860, de 27 de abril de 2016, nos autos do Processo nº 25.934/2013.
- **Recurso de Reconsideração nº 06/2016-DA** – Processo nº 23367/2014 – Recurso de Reconsideração contra a Decisão 2613/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 4868 de 24/05/2016, nos autos do Processo nº 23367/2014.
- **Recurso de Reconsideração nº 07/2016-DA** – Processo nº 3069/2010 – Recurso de Reconsideração contra os termos da Decisão nº 1.952/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 2.901, de 7 de junho de 2016, nos autos do Processo nº 3.069/2010.
- **Pedido de Reexame nº 08/2016-DA** – Processo nº 35730/2014 – Pedido de Reexame contra os termos da Decisão nº 4.109/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 4.890 de 18 de agosto de 2016, nos autos do Processo nº 35.730/2014-e.
- **Recurso de Reconsideração nº 09/2016-DA – Processo nº 27406/2006** – Recurso de Reconsideração contra a Decisão 5345/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 4906, de 18/10/2016, nos autos do Processo nº 27.406/2006.
- **Pedido de Reexame nº 10/2016-DA** – Processo 26850/2006 – Pedido de Reexame em face da Decisão nº 5961/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 4914, de 22 de novembro de 2016, nos autos do Processo nº 26.850/2006.
- **Recurso de Reconsideração nº 11/2016-DA – Processo nº 8032/2013** – Recurso de Reconsideração contra os termos da Decisão nº 6.218/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 4.919, de 08 de dezembro de 2016, nos autos do Processo nº 8032/13.

- **Recurso de Reconsideração nº 12/2016-DA – Processo 17762/2011** – Recurso de Reconsideração contra a Decisão nº 6178/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 4918, de 06/12/2016, nos autos do Processo nº 17762/2011.
- **Recurso de Reconsideração nº 13/2016-DA – Processo 12372/2009** – Recurso de Reconsideração contra os termos da Decisão 6.265/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 4.920, de 13 de dezembro de 2016, nos autos do Processo nº 12.372/2009.

Quarta Procuradoria

- **Recurso de Reconsideração nº 01/2016-ML** – Processo nº 23451/ 2013 – Em face dos termos da r. Decisão nº 979/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 4.849, de 10/03/2016, nos autos do Processo nº 23.451/2013.
- **Recurso de Reconsideração nº 02/2016-ML** – Processo nº 25250/2011 – Em face dos termos da r. Decisão nº 1.075/2016, proferida na Sessão Ordinária nº 4.850, de 15/03/2016, nos autos do Processo nº 25.250/2011.
- **Recurso de Reconsideração nº 03/2016-ML** – Processo nº 19790/ 2011 – Este representante do Parquet vem interpor o presente recurso, a fim de que seja reformada a r. Decisão nº 3.815/2016, na qual esta c. Corte de Contas desconsiderou irregularidades indicadas pelo Controle Interno, pelo Corpo Instrutivo e pelo MPC/DF.
- **Recurso de Reconsideração nº 05/2016-ML** – Processo nº 20304/2013 – Interpor o presente recurso, a fim de que seja reformada a r. Decisão nº 5.118/2016, que julgou regulares com ressalvas as contas dos gestores responsáveis pela gestão em exame, visto que, no entendimento Ministerial, há falhas graves identificadas na gestão do DER atinente ao exercício financeiro de 2012, capaz de macular com irregularidade as contas do exercício.